

A IMPLANTAÇÃO DE REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL NA ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS

Fernando Ferraz Silva

Graduando em Biblioteconomia pela Universidade Federal de Goiás

E-mail: frz09@yahoo.com.br

Resumo

A crescente inserção de novas tecnologias de informação e comunicação (TICs) nos serviços de informação aponta para a necessidade de adotar novas formas de gestão do conhecimento e da informação. Ao propor a implementação de um repositório institucional que atenda às exigências para conservação e disseminação da informação de diferentes materiais digitais, a Biblioteca Goiandira do Couto, torna-se a responsável pela divulgação acadêmica produzida pelos cursos da Polícia Militar do Estado de Goiás.

Palavras-chave

Repositórios Institucionais. Comunicação Científica. Acesso Livre. Polícia Militar de Goiás.

Abstract

The increasing integration of new information and communication technologies (ICTs) in information services points to the need to adopt new ways of managing knowledge and information. In proposing the implementation of an institutional repository that meets the requirements for conservation and dissemination of information from different digital materials, the Library Goiandira of the Couto, becomes responsible for the dissemination of academic courses produced by the Military Police of the State of Goiás.

Keywords

Institutional Repositories. Scientific Communication. Open access. Military Police of Goiás

INTRODUÇÃO

A comunicação do conhecimento científico é o testemunho da Ciência. É o espaço necessário para a divulgação e profusão do conhecimento humano. Uma das características intrínsecas à Ciência é a divulgação de todo o conhecimento produzido pelos cientistas e pesquisadores.

Na década de 90, com o advento da Internet, o mundo adaptou-se e transformou-se com as novas tecnologias. Na Ciência, as novas tecnologias da informação e da comunicação diversificaram justamente o meio pelo qual a produção científica é disseminada. Esse novo paradigma mudou a forma pela qual a comunidade científica se comunica e disponibiliza o conhecimento tanto para os pares quanto para a sociedade.

A Iniciativa dos Arquivos Abertos (Open Archives Initiative) insere-se nesse movimento, ao qual é responsável por estabelecer uma nova dinâmica na comunicação do conhecimento. A principal característica é que o conhecimento produzido nas instituições de ensino ultrapassa a barreira acadêmica, e dirige-se de forma, cada vez mais, eficaz e direta a sociedade.

A Open Archives Initiative é o propulsor das discussões técnicas e operacionais, principalmente, no que diz respeito à interoperabilidade, aos metadados e aos formatos que propiciam a então interoperabilidade como o Dublin Core, por exemplo. Estes então os facilitadores das discussões que vieram em seguida com o Movimento do Acesso Livre. O Acesso Livre é responsável por estabelecer os locais e as condições as quais os pesquisadores e as instituições depositam os seus trabalhos, esse local é conhecido como Repositório Institucional.

Por meio de um espaço específico, público e integrado os repositórios institucionais são a resposta para uma via de comunicação. O mesmo é certamente eficiente, econômico e transparente. Ao mesmo tempo o Repositório tem como função o gerenciamento da produção científica, preservação digital, acesso e recuperação de todos os tipos de informação.

OBJETIVO GERAL

Implementar o Repositório Institucional de Segurança Pública. Inicialmente, a proposta abará o tratamento e acondicionamento digital das teses e monografias defendidas na Polícia Militar.

A INICIATIVA DOS ARQUIVOS ABERTOS

A Iniciativa dos Arquivos Abertos – Open Archives Initiative (OAI) surgiu em 1999 a partir da iniciativa de pesquisadores norte-americanos e europeus. O movimento só é possível pelo advento de novas tecnologias, leia-se Internet, que favoreceu a sua criação. Atualmente, é entendida como um conjunto de atividades, ações e políticas para promoção de amplo acesso ao conhecimento científico produzido principalmente a partir de financiamento público.

Segundo Kuramoto (2006) a preocupação no período era “a definição de aspectos técnicos e de suporte organizacional de uma estrutura de publicação científica aberta, na qual ambas, a camada comercial e livre, possam se estabelecer”. A preocupação era a de consolidação dos parâmetros técnicos e, não de conteúdo.

Weitzel (2005) ressalta que a OAI culminou em duas vertentes de estudo fundamentais:

- (1) o desenvolvimento de um conjunto de padrões técnico-operacionais para construção de novas propostas de divulgação e gestão da produção científica;
- (2) o desencadeamento de movimentos e discussões internacionais sobre os ideais de acesso livre à literatura técnico-científica.

Ainda segundo Kuramoto (2006), a convenção estabeleceu a existência de dois modelos: os provedores de dados (data providers) e os provedores de serviços (service providers). Os provedores de dados são gestores dos pré-prints e, segundo o mesmo, devem no mínimo: mecanismos de submissão para o auto-arquivamento (os próprios autores depositam os seus trabalhos em um repositório) dos trabalhos ou papers; um sistema de armazenamento em longo prazo e mecanismos de exposição de metadados do arquivo para facilitar a sua colheita por terceiros, ou provedores de serviços.

ACESSO LIVRE E ABERTO: ASPECTOS CONCEITUAIS

São inúmeras as tentativas internacionais para consolidar o debate em torno do acesso aberto ao conhecimento. As iniciativas têm como objetivo sedimentar as bases conceituais dos novos meios de comunicação.

A Budapest Open Access Initiative afirma que Acesso Livre é a:

Disponibilidade pública sobre a internet, que permite a qualquer usuário de ler, fazer o download, copiar, distribuir, imprimir, pesquisar, ou linkar para o texto integral destes artigos, rastreá-los para a indexação, enviá-los como dados para o software, ou utilizá-los para qualquer outra finalidade lícita, não-financeira, jurídica, técnica ou outros obstáculos que não os inseparáveis de terem acesso à internet em si.

A Declaração de Bethesda praticamente define as condições primordiais do Acesso Livre:

O autor concederá a todos os utilizadores o livre, irrevogável, mundial, perpetuo direito de acesso a, licença para copiar,

usar, distribuir, transmitir e exibir publicamente o trabalho e distribuir trabalhos derivados, em qualquer meio digital para qualquer propósito responsável, sujeito à devida autoria (BETHESDA..., 2003).

A Declaração de Bethesda estabeleceu critérios fundamentais que foram adotados posteriormente em outros documentos, bem como, o tema repositório é apresentado:

Uma versão integral do trabalho e de todo o material suplementar, incluindo uma cópia da permissão em um formato eletrônico adequadamente padronizado, é depositada imediatamente após a publicação inicial em um repositório on-line mantido por uma instituição acadêmica, por uma associação científica, por uma agência governamental ou por qualquer outra organização solidamente estabelecida, que vise a propiciar o acesso livre, a distribuição irrestrita, a interoperabilidade e o arquivamento de longo prazo (BETHESDA..., 2003).

Costa (2006) apresenta uma nova definição sobre as discussões do acesso livre. Segundo a autora o acesso livre pode ser entendido pela “retórica” e pelos “fatos”. A retórica é definida como “à discussão a respeito do acesso aberto ao conhecimento científico resultante de pesquisas financiadas com recursos públicos”, os fatos são “às ações para efetivação do acesso amplo, incondicional e irrestrito ao conhecimento científico gerado como resultado de pesquisa financiada com recursos públicos”.

A autora destaca ainda que o acesso livre diz respeito a três questões fundamentais: “software aberto (ou livre), para o desenvolvimento de aplicações em computador”; “arquivos abertos, para interoperabilidade em nível global” e “acesso aberto para a disseminação ampla e irrestrita de resultados da pesquisa científica”.

Costa (2006) aproxima o conceito de acesso livre ao dos repositórios institucionais: “O acesso aberto é garantido, assim, quando repositórios de acesso aberto tornam disponíveis, ampla e livremente, artigos já publicados em periódicos científicos referendados e cujo acesso se dá por assinatura, sendo, destarte, restrito”.

DO REPOSITÓRIO

Sendo assunto recente, na literatura ainda se encontra em diferentes níveis de abordagem. No entanto,

os debates, tanto em nível nacional como internacional, validam as discussões propostas. São vários os estudos sobre repositórios institucionais. Aqui se encontram alguns conceitos, a saber:

“Uma versão integral do trabalho e de todo o material suplementar, incluindo uma cópia da permissão em um formato eletrônico adequadamente padronizado, é depositada imediatamente após a publicação inicial em um repositório on-line mantido por uma instituição acadêmica, por uma associação científica, por uma agência governamental ou por qualquer outra organização solidamente estabelecida, que vise a propiciar o acesso livre, a distribuição irrestrita, a interoperabilidade e o arquivamento de longo prazo” (BETHESDA..., 2003).

O repositório institucional também atende como fonte de informações sobre as atividades da instituição, como eventos e os programas desenvolvidos.

Um repositório institucional agrega um conjunto avançado de serviços relativos à organização, tratamento, acesso e disseminação do conteúdo digital produzido por uma instituição e sua comunidade acadêmica e de pesquisa. [...] Sua função principal é, portanto, preservar e disponibilizar a produção intelectual da instituição representando-a, documentando-a e compartilhando-a em formato digital. (CAFÉ ET AL., 2003).

POLÍTICAS DE INFORMAÇÃO PARA REPOSITÓRIOS INSTITUCIONAIS

Antes da instalação e funcionamento do repositório institucional, faz-se necessário estabelecer as políticas do mesmo. A política proporciona que o repositório adapte-se à realidade da instituição.

Segundo Café et al. (2003): “Um repositório institucional é a reunião de todos os repositórios temáticos hospedados em uma organização. [...] A união de todos os repositórios das diversas unidades de pesquisa comporá o repositório institucional, caracterizando-o como multidisciplinar”.

As políticas de informação para Repositórios Institucionais são fundamentais para a definição de diretrizes que dizem respeito, principalmente, a aspectos técnicos, da instituição e da comunidade envolvida da qual o repositório será destinado.

Segundo Tomaél e Silva (2007) as políticas para repositórios devem contemplar:

- a) responsabilidade pela criação, implementação e manutenção do repositório;
- b) conteúdo proposto e implementado;
- c) aspectos legais relativos a documentos e licenças de *softwares*;
- d) padrões;
- e) diretrizes para preservação digital;
- f) política e níveis de acesso;
- g) sustentabilidade e financiamento do repositório.

Responsabilidade

A Biblioteca Goiandira Ayres do Couto é a área responsável pelo repositório institucional, por possuir pessoal com conhecimento especializado, a fim de criar, implantar e manter o repositório da instituição. No entanto, é primordial a colaboração de especialistas de outras áreas, como a de Tecnologia da Informação, por exemplo, a fim de redirecionar das atividades.

Conteúdo

O conteúdo, porém, é delimitado pela comunidade à qual o repositório irá servir. Segundo Tomaél e Silva (2007) “o conteúdo de um repositório institucional reflete ou demonstra o conhecimento, a pesquisa e o interesse de uma organização”. Em reunião e discussão conjunta com a bibliotecária responsável pela instituição foram escolhidos os materiais aos quais seriam desenvolvidas as sugestões de metadados.

O objetivo era a criação dos padrões de metadados para materiais previamente definidos, a saber: (DVD's, VHS's, CD's, fotografias, desenho arquitetônico, mapas e atlas, erimas, periódicos, formato monográfico, artigo científico, leis e decretos). Os materiais foram definidos pelas necessidades internas (objetivo e competência da instituição) e externas (usuários da instituição) da instituição. Alguns dos materiais como fotografias, vídeos, monografias e revistas encontram-se em formato digital esperando apenas a definição do aparato tecnológico.

Software

Os sistemas existentes aplicam-se à ampla maioria dos contextos institucionais, permitindo uma

variedade de funcionalidades e recursos para gestão de documentos eletrônicos.

O DSpace é um sistema de repositório digital que capta os dados em qualquer formato (texto, vídeo, áudio e dados). Para adicionar conteúdo ao DSpace é necessário ter o direito de autor do material, ou a permissão para enviar trabalhos, caso não haja os direitos do autor. O DSpace é desenvolvido conjuntamente pela MIT Libraries e a Hewlett – Packard (HP). O sistema é oferecido gratuitamente, possui o código aberto, ou seja, ele pode ser personalizado e ampliado. O formato de arquivo utilizado pelo DSpace é o XML codificado facilitando a exportação dos metadados (DSpace.ORG, 2008).

Permite armazenar, indexar e recuperar artigos, teses, relatórios, documentos técnicos, conferências e outros tipos de material digital em vários formatos (inclusive áudio e vídeo). Os documentos podem ser acessados integralmente a partir da interface *web*. Apesar de ter sido desenvolvido visando empresas, seu maior uso tem se dado em universidades, para compartilhar produção científica. Em termos de desenvolvimento a longo prazo, o DSpace é um *software* interessante por envolver tanto a parceria MIT/HP quanto uma grande comunidade de desenvolvedores.

Além disso, a comunidade que gera acervo também é grande, haja vista o número de instituições (não apenas universidades) nacionais e internacionais que aderiram ao seu uso, e a grande variedade e diversidade de conteúdo que pode ser armazenado na base. A base implementa padrões amplamente aceitos internacionalmente, como o Dublin Core para metadados e o protocolo OAI-PMH para compartilhamento de registros.

O Fedora, antigamente chamado de Fedora Core, possui código aberto, atualmente a sua versão chama-se Fedora 9 atualizada em 13 de maio de 2008. O Fedora é um sistema de repositório digital desenvolvido pela Cornell University Information Science em conjunto com a University of Virginia Library. Atualmente mantida pelo Projeto Fedora é uma distribuição Linux baseada em pacotes RPM, criada pela Red Hat. A Distribuição GNU/Linux Fedora, projeto central do Fedora, é um sistema operacional baseado no Linux, sempre gratuito para ser usado, modificado e distribuído por qualquer pessoa (FEDORAPROJECT.ORG, 2008). Fedora (<http://www.fedora.info>): por causa do altíssimo grau de detalhamento oferecido para os metadados, sua utilização é excessivamente complexa para o tipo de usuário-alvo do repositório. É extremamente flexível para suportar os mais variados tipos de objetos digitais. Até o momento, porém, o *software* não tem uma interface própria com o usuário, mas pode ser utilizado como suporte para outras aplicações.

O DSpace foi escolhido como a plataforma do Repositório Institucional da Academia de Polícia por atender às seguintes necessidades institucionais:

1) Pode ser customizado para atender aos

requisitos e expectativas em relação à gestão de sua produção técnica e científica;

2) Aceita todas as formas de materiais digitais, incluindo arquivos de texto, imagem, vídeo e áudio, o que possibilita custodiar os mais variados tipos de documentos produzidos;

3) No caso de documentos sigilosos, permite limitar o acesso aos conteúdos, quer no nível do documento, quer no nível da coleção;

4) Permite a descentralização para inclusão dos documentos e, portanto, mais agilidade no processo (auto arquivamento);

5) Permite a atribuição de metadados, de acordo com cada tipo de documento;

6) Gera estatísticas, indicadores de produção, de uso etc., favorecendo o estabelecimento de indicadores, estratégias e políticas institucionais;

7) Permite criar uma “identidade visual”, de acordo com os padrões estabelecidos;

8) É uma plataforma recomendada pelo IBICT, para a criação de repositórios institucionais no Brasil;

9) É de uso gratuito, não implicando custos de aquisição ou licenciamento pela Academia de Polícia.

O principal motivo para a escolha do DSpace em detrimento do Fedora é que não há pessoal especializado na Academia de Polícia que possa responder a atualização do sistema e criar a interface (necessária para a visualização dos documentos) aos usuários.

Formato

Os materiais foram catalogados utilizando-se o padrão Dublin Core, para coleções de recursos digitais acessíveis através da Internet.

Na redação dos conteúdos dos campos Dublin Core foram seguidas às recomendações do AACR2 como material empírico. O AACR2 foi selecionado como a fonte referencial mais relevante, uma vez que, o mesmo é utilizado em bibliotecas para a descrição de diversos tipos de documentos. Portanto, o mesmo foi empregado como embasamento teórico para o desenvolvimento dos padrões de metadados.

Para a Dublin Core Initiative o formato é definido:

O Dublin Core Metadata Initiative (DCMI) é uma organização dedicada ao desenvolvimento de padrões de metadados e vocabulários especializados para descrever fontes que tornem mais inteligentes sistemas de descobrimento de informações.” (DUBLINCORE.ORG, 2008).

Alves e Souza (2007) apresentam um quadro simples com os elementos principais e suas descrições, a saber:

Elementos	Descrição
Título	Nome dado aos recursos
Criador	Entidade originalmente responsável pela criação do conteúdo do recurso
Assunto	Tema do conteúdo do recurso. Pode ser expresso em palavras-chaves e/ou categoria. Recomenda-se o uso de vocabulários controlados
Descrição	Relato do conteúdo do recurso. Exemplos: sumário, resumo e texto livre
Publicador	Entidade responsável por tornar o recurso disponível
Colaborador	Entidade responsável pela contribuição intelectual ao conteúdo do recurso
Data	Data associada a um evento ou ciclo de vida do recurso
Tipo	Natureza ou gênero do conteúdo do recurso. Exemplos: texto, imagem, som, dados, <i>software</i>
Formato	Manifestação física ou digital do recurso. Exemplos: html , pdf , ppt , gif
Identificador	Referência não-ambígua (localizador) para o recurso dentro de dado Contexto
Fonte	Referência a um recurso do qual o presente é derivado
Idioma	Língua do conteúdo intelectual do recurso
Relação	Referência para um recurso relacionado
Cobertura	Extensão ou escopo do conteúdo do recurso; pode ser temporal e espacial
Direitos autorais	Informação sobre os direitos assegurados dentro e sobre o recurso

Alguns dos fatores foram fundamentais para a escolha do formato Dublin Core, como: os metadados não são específicos, portanto, é possível adicionar campos específicos para determinados tipos de materiais; simplicidade de utilização (elementos comumente compreendidos) e criação dos campos.

Padrões

Nesta fase Tomaél e Silva (2007) destacam que são demarcadas questões referentes a: plataforma tecnológica (software e hardware) definição de sistemas operacionais, banco de dados, servidores; estrutura de metadados para a descrição dos conteúdos; fluxograma do repositório (administrativo e de publicação); interface gráfica (cores e logotipos); padrões de usabilidade e de interoperabilidade.

Os primeiros formatos para a descrição de dados bibliográficos surgiram nos anos 60, com o advento do computador. Com o desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação, novas formas de disseminar o conhecimento foram desenvolvidas, principalmente na década de 90 com o uso e a popularização da Internet.

Os elementos de metadados têm o propósito primário de descrever, identificar e definir um recurso de informação com o objetivo de modelar e filtrar o acesso. Os metadados são importantes na organização, gestão e recuperação da informação digital, principalmente (ALVES; SOUZA, 2007).

Para o bom funcionamento dos repositórios, ou seja, para que o conhecimento depositado em sua base chegue ao usuário faz-se necessário uma política de informação que, entre outras diretrizes, estabeleça orientações de natureza técnica para o tratamento, armazenamento e disseminação das informações científicas.

Entre as orientações técnicas está o estabelecimento de padrão de metadados que se deseja implementar nos repositórios, levando-se em consideração a diversidade de material que pode ser disponibilizada nestes grandes bancos de textos integrais (teses, monografias, pré-prints, artigos de periódicos, vídeos, músicas, materiais cartográficos, leis, etc.). A adoção de padrão de tratamento de dados e informações propicia novas práticas para a organização e tratamento da informação digital facilitando os mecanismos de busca e recuperação das informações, principalmente nos meios eletrônicos.

Preservação

As diretrizes de preservação dos materiais digitais devem se pautar, principalmente, na preservação do conteúdo. Segundo Wheathey (2004, *apud* TOMAÉL; SILVA, 2007), a preservação digital dos conteúdos considera que: “a) serão mantidas íntegras, sem danos, perdas ou alterações; b) podem ser encontradas e extraídas pelo usuário, do servidor ou arquivo; c) podem ser interpretadas e compreendidas pelo usuário; d) que estas ações podem ser realizadas em longo prazo”.

Outro aspecto fundamental é a perpetuação de determinados formatos e plataformas. Ou seja, é garantir que o conteúdo esteja sempre acessível independentemente de softwares e formatos. A estratégia para a preservação desses documentos são a conversão e migração de dados, a atualização do software e hardware, bem como, a emulação.

Política e níveis de acesso

As Políticas de Uso e Acesso dos repositórios institucionais são medidas administrativas que respondam e maximizem os objetivos dos repositórios, tais como: materiais e objetos digitais que serão incluídos, utilização do auto-arquivamento, aprovação previa pra disponibilizar o material, responsabilidade legal etc.

A Biblioteca Goiandira Ayres do Couto optou por não utilizar o auto-arquivamento em sua Biblioteca Digital e, prioritariamente, todos os Trabalhos de Conclusão de Curso apresentados na instituição deveram assinar o termo de aceite repassando os direitos de publicação digital a Biblioteca para o depósito no repositório.

Quanto ao DSpace o software permite a inclusão do workflow, uma espécie de administrador do sistema que tem o poder de revisar e de permitir ou não que um material na base do sistema possa ser

Sobre a sustentabilidade e financiamento para Tomaél e Silva (2007) “A equipe de trabalho é o componente de maior investimento de um projeto de repositório institucional”. Os custos dependem das escolhas que a instituição em utilizar ou não um sistema Open source, na escolha dos equipamentos e plataformas, servidores, as autoras destacam ainda que os custos de armazenamento dos materiais digitais caem a cada ano. As autoras destacam que “A sustentabilidade de um repositório está sujeita as definições da equipe e as decisões podem ser tomadas de acordo com o contexto institucional e o ambiente de trabalho”. Para tal o repositório conta com o apoio financeiro oriundo das receitas da Academia de Polícia Militar.

Metodologia

A metodologia a ser adotada é o estudo de caso, os dados serão coletados através da pesquisa-ação, sendo a mesma metodologia apresentada por Krafra (2007) em sua dissertação.

A pesquisa consistirá em desenvolver um modelo de gestão da informação que contenha as características necessárias a uma empresa de pequeno porte.

A pesquisa-ação, de acordo com Thiollent (apud KRAFTA 2007), é um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e na qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo.

A pesquisa de acordo com Krafra (2007) é dividida em quatro etapas:

- 1) **Fase exploratória:** possui um aspecto interno - que diz respeito ao diagnóstico da situação e das necessidades dos atores, bem como à formação de equipes envolvendo pesquisadores e clientes - e um aspecto externo - que tem por objetivo divulgar essas propostas e obter o comprometimento dos participantes e interessados. Os pesquisadores poderão considerar a fase exploratória como concluída e passar à próxima fase no momento em que concluírem que existe clareza e consenso entre dois ou três pontos que darão base à pesquisa;
- 2) **Fase principal:** resumida por Thiollent (1997), é composta por um grande conjunto de entrevistas individuais e coletivas ou questionários aplicados a pessoas-chave da organização, que irão expor suas reclamações, constatações e sugestões a respeito do assunto em pauta. Todas estas informações coletadas entre os entrevistados servirão como base para o posterior debate em seminário;
- 3) **Fase de ação:** como o próprio nome já indica, engloba medidas práticas baseadas nas etapas anteriores - difusão de resultados, definição de objetivos alcançáveis por meio de ações concretas, apresentação de propostas a serem negociadas entre as partes interessadas e implementação de ações-piloto que, posteriormente, após avaliação, poderão

ser assumidas pelos atores sem a atuação dos pesquisadores (THIOLLENT, 1997).

- 4) **Fase de avaliação:** esta etapa final do processo apresenta dois objetivos principais: controlar a efetividade das ações no contexto organizacional da pesquisa e suas conseqüências a curto e médio prazo e extrair ensinamentos que serão úteis para continuar a experiência e aplicá-la em estudos futuros.

FASE EXPLORATÓRIA

Em 28 de julho de 1858, o então presidente da província de Goyaz, Dr. Januário da Gama Cerqueira, sancionou a Resolução nº 13, criando a Força Policial de Goyaz, com ação limitada à capital da província (Vila Boa), Arraia e Palma. Em 1889, com a proclamação da república os estados da federação ganharam autonomia e, com o acréscimo da economia goiana a força policial passou a ser denominada Polícia Militar do Estado de Goiás depois de grande reestruturação.

A Academia de Polícia Militar do Estado de Goiás (APM) está situada à Rua 252 nº 21, Setor universitário, Goiânia-GO e é hierarquicamente subordinada à Polícia Militar do Estado de Goiás. Desde a sua fundação até 1960, o departamento responsável pela instrução e formação militar era conhecido como Departamento de Instrução Militar (APM).

É uma instituição ligada à Administração Direta do Estado. Destina-se à formação, aperfeiçoamento, habilitação e especialização dos policiais militares através dos diversos cursos por ela ministrados.

Atualmente, em continuo aprimoramento, o objetivo principal de APM é elevar o nível cultural e profissional, estabelecer metas e níveis educacionais e de treinamento, ou seja, a busca pela excelência profissional dos servidores que compõe o seu quadro.

Á Biblioteca Goiandira do Couto, diante do cenário apresentado, tem a missão de colocar à disposição dos usuários formas cada vez mais eficazes de armazenamento e recuperação da informação. Dentro desse objetivo inclui-se a disposição da unidade de informação em questão de começar o projeto do Repositório Institucional o qual proporcionará a inclusão de conteúdos específicos sobre Segurança Pública. O início da implementação depende dos padrões de metadados desenvolvidos.

FASE PRINCIPAL

Os dados apresentados nesta pesquisa foram coletados a partir de reuniões participativas e a observação do ambiente da Biblioteca Goiandira Ayres do Couto.

No primeiro momento foi constatada a realidade da unidade de informação, o seu histórico, bem como as necessidades e os objetivos da mesma. Ou seja, nessa etapa foram definidas a coleta e documentação de dados, questões sobre gestão da informação, fontes de informação mais utilizadas e infra-estrutura, sempre com as sugestões e compartilhamento dos conhecimentos dos

profissionais envolvidos. Nesta etapa foi possível traçar o panorama geral a respeito da instituição. A primeira fase foi concluída facilmente, uma vez que a instituição possui estratégia documentada, missão e objetivos bem definidos.

Posteriormente, na fase principal, em reunião e discussão conjunta com a bibliotecária responsável pela instituição, foram escolhidos os materiais aos quais seriam desenvolvidas as sugestões de metadados.

A equipe contou com um bibliotecário, um analista de sistema, um estagiário e um professor orientador.

O objetivo era a criação dos padrões de metadados para materiais previamente definidos, a saber: DVD's, VHS's, CD's, fotografias, desenho arquitetônico, mapas e atlas, erimas, periódicos, formato monográfico, artigo científico e leis e decretos. Os materiais foram definidos pelas necessidades internas (objetivo e competência da instituição) e externas (usuários da instituição) da instituição. Alguns dos materiais como fotografias, vídeos, monografias e revistas encontram-se em formato digital esperando apenas a definição do aparato tecnológico.

Nesta fase, o estudo caracterizou-se como documental. Tomou-se como base para a sugestão dos formatos o AACR2, para a descrição de diversos tipos de material informativo.

FASE DE AÇÃO

Nesta fase, o estudo caracterizou-se como documental. Tomou-se como base para a sugestão dos formatos o AACR2, para a descrição de diversos tipos de material informativo.

A proposta foi apresentada a um grupo de diretores, bibliotecários e professores. Neste caso, estudou-se o discurso de uma comunidade profissional, os profissionais envolvidos na Biblioteca Ayres do Couto, atuantes do Curso de Biblioteconomia, cuja interação didático-pedagógica foi fundamental para o desenvolvimento do trabalho. Os participantes atuaram ativamente no processo de construção, co-responsáveis da escolha dos campos descritivos. Assim, a metodologia adotada possibilitou aos sujeitos uma intervenção direta, de tal maneira que a ação dos profissionais pode ser observada em função da contrapartida e das escolhas dos metadados.

Nesta fase do estudo, por exemplo, foi sugerida pelos profissionais envolvidos a utilização do campo Área do Conhecimento, a fim de, maximizar as estratégias de busca e organizar os conhecimentos em coleções. Esse campo deveria seguir as áreas do conhecimento estabelecidas pelo CNPQ (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico). O CNPQ possui 9 grandes áreas do conhecimento são elas: Ciências Exatas e da Terra, Ciências Biológicas, Engenharias, Ciências da Saúde, Ciências Agrárias, Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Humanas, Linguística, Letras e Artes e Outros.

Ao mesmo tempo, foi disponibilizado pela instituição o IP (Internet Protocol) próprio para a Biblioteca Digital, o servidor que acondicione os materiais dos repositórios, bem como, a instalação do DSpace.

Com a política do repositório previamente estabelecida os trabalhos se concentraram na escolha da interface gráfica, logotipos, fase esta concluída facilmente. Em seguida foram validadas as sugestões de metadados para o repositório institucional.

FASE DE AVALIAÇÃO

Com o repositório em pleno funcionamento, a primeira medida tomada, foi à avaliação quanto à busca e recuperação da informação, ou seja, se os metadados correspondiam às necessidades informacionais da instituição. Foram feitos dois testes com os materiais que estavam condicionados no repositório. Os testes foram feitos prioritariamente, com os Trabalhos de Conclusão de Curso que existem na instituição e que se encontram em formato digital. Os mesmos foram os primeiros materiais acondicionados nos repositórios.

O objetivo era verificar se o uso de regras de descrição dos metadados otimiza o compartilhamento dos dados, tanto para a transmissão de dados entre diferentes instituições quanto, propiciar um mecanismo de busca, que contenha uma base de referências para os usuários finais que utilizaram o repositório.

Neste sentido, espera-se que a criação e implementação dos padrões venham a facilitar as trocas de informação da instituição, um compartilhamento significativo de dados e um novo sistema de informação que sirva de instrumento para a disseminação do conhecimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As tecnologias da informação possibilitaram o surgimento de um novo espaço para a publicação, disseminação e compartilhamento do conhecimento produzido. Por meio de um espaço específico, público e integrado, os repositórios institucionais são a resposta para uma via de comunicação. O mesmo é certamente eficiente, econômico e transparente.

Para isso, realizou-se um levantamento sobre informações que trataram de temas como o Open Archives e do Acesso Livre. Apesar de serem conceitos diferentes e manifestações diferentes, os movimentos de Open Archives e o Acesso Livre são responsáveis pela criação de espaços virtuais, através de uma nova solução tecnológica, e por estabelecer as bases conceituais e de atividades dos repositórios.

Os repositórios institucionais possibilitam a criação de um espaço para os pesquisadores e instituições depositarem os seus trabalhos através da Internet. Espera-se que o repositório atinja o objetivo de potencializar e disseminar o conhecimento produzido na

instituição, bem como facilitar a comunidade que faz uso dos conteúdos disponibilizados.

REFERÊNCIAS

AACR2 – Anglo American Cataloguing Rules. Disponível em <<http://www.aacr2.org>>. Acesso em: 15 out 2008.

ALVES, Maria das Dores Rosa; SOUZA, Marcia Izabel Fugisawa. Estudo de correspondência de elementos metadados: Dublin Core e MARC21. *Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, v.4, n.2, p.20-38, jan./jun. 2007. Disponível em <<http://server01.bc.unicamp.br/seer/ojs/include/getdoc.php?id=389&article=94&mde=pdf>>. Acesso em: 18 out. 2008.

BETHESDA STATEMENT ON OPEN ACCESS PUBLISHING. Disponível em: <<http://www.earlham.edu/~peters/fos/bethesda.htm>>. Acesso em: 05 jun. 2008.

BUDAPEST OPEN ACCESS INITIATIVE. Disponível em: <www.soros.org/openaccess/read.shtml>. Acesso em: 10 jun. 2008.

CAFÉ, Ligia; Bianca Amaro de Melo; Elza Maria Ferreira Barboza; Eny Marcelino Nunes; Miguel Angel Mardero Arellano. *Repositório Institucionais*: nova estratégia para publicação científica na Rede. In: XXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação (Intercom), 2003, Belo Horizonte. Mídia, Ética e Sociedade, 2003. Disponível em: <http://dspace.ibict.br/dmdocuments/ENDOCOM_CAFE.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2008.

DSPACE.ORG. Disponível em: <<http://dspace.org/introduction/index.html>>. Acesso em: 08 jun 2008.

DUBLIN CORE METADATA INITIATIVE.ORG. Disponível em: <<http://dublincore.org/>>. Acesso em: 15 out. 2008.

FEDORA.INFO. Disponível em: <<http://www.fedora.info/about/history.shtml>>. Acesso em: 10 jun 2008.

KURAMOTO, H. Informação científica: proposta de um novo modelo para o Brasil. *Ci. Inf.*, Brasília, v. 35, n. 2, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19652006000200010&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 26 mai. 2008.

THIOLLENT, M. *Pesquisa-Ação nas Organizações*. São Paulo: Atlas, 1997.

TOMÁEL Maria Inês; SILVA, Terezinha Elizabete da. Repositórios Institucionais: diretrizes para políticas de informação. In: VIII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – ENANCIB, 2007, Salvador.

Anais do VIII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação. Salvador: UFBA, 2007. v. VIII. Disponível em: <www.enancib.ppgci.ufba.br/artigos/GT5-142.pdf>. Acesso em: 09 nov. 2008.

WEITZEL, Simone da Rocha; FERREIRA, Sueli Mara Soares Pinto. Arena científica: um repositório de área das Ciências da Comunicação promovendo o acesso livre e o desenvolvimento científico. In: *Proceedings Seminário Internacional de Bibliotecas Digitais*. (3^o : 2005 : São Paulo), pp. 1-16, (2005). Disponível em: <<http://eprints.rclis.org/archive/00005129/01/weitzel246.pdf>>. Acesso em: 09 jun. 2008.

**Artigo submetido em 23/09/2008
e aceito para publicação em 22/10/2008.**
